



dia.o.dio

Informativo da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA



Um sonho que se torna realidade

A Diretoria Executiva da AMMA deu a largada para a concretização de um antigo sonho dos associados: a construção de uma nova sede, que congregará os setores sociais e administrativos da entidade. O primeiro passo foi dado no dia 9 de agosto, com a entrega da primeira etapa das obras do complexo. A inauguração ocorreu em clima de festa, juntamente com as homenagens ao Dia dos Pais. Churrasco, partida de futebol, música e atividades lúdicas com as crianças foram algumas das atividades que coroaram de êxito uma data tão marcante para os magistrados associados à AMMA. **Página 8**

Lançada a segunda etapa da campanha *Mude um Destino*

A Associação dos Magistrados Brasileiros e a Associação dos Magistrados do Maranhão, em parceria com a Corregedoria de Justiça, lançaram a segunda etapa da Campanha *Mude um Destino*, em São Luís. **Página 2**

O desafio de fazer justiça em um estado pobre

Juízes do Maranhão vencem, com bravura, as dificuldades no exercício da profissão em municípios carentes de infraestrutura e políticas públicas. **Páginas 3, 4, 5 e 6**

Desembargador avalia condenação de prefeito por Câmara Criminal

Relator do processo na 3ª Câmara Criminal que resultou em condenação de prefeito, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, alerta que Judiciário está agindo. **Página 7**

Vencendo desafios

Engana-se quem pensa que a vida de magistrado é um mar de rosas. Pelo menos no interior do Maranhão não tem sido nada fácil. Comarcas isoladas por conta do difícil acesso em estradas tomadas por buracos, ausência de políticas públicas que garantam qualidade de vida à população, condições precárias de trabalho e moradia, são alguns dos problemas enfrentados por dezenas de juízes e juízas que tentam vencer, com coragem e determinação, o desafio de fazer justiça em um estado ainda tão carente de infra-estrutura.

As dificuldades dos juízes são destacadas, nesta edição do Informativo Dia-a-Dia, em ampla reportagem de quatro páginas, cujo trabalho foi realizado em duas etapas, quando foram percorridos mais de dois mil quilômetros de estradas, com visita às Comarcas da Região do Baixo Parnaíba e Baixada Maranhense.

A sensação de impotência, diante das mazelas sociais que afligem vários municípios do Maranhão, a exemplo de Araióses, que exhibe o título do menor Índice de Desenvolvimento Econômico do país, ajuda a compor o cenário de desolamento retratado por alguns magistrados.

A solidão pela distância dos filhos e da família, aliada a angústia de querer fazer mais e melhor, maltrata, mas não desanima. Apesar das dificuldades estruturais, juízes e juízas, com criatividade e muita determinação para o trabalho, estão indo à luta e fazendo a justiça chegar aos mais longínquos povoados de suas Comarcas.

O Informativo Dia-a-Dia traz, também, muitas novidades aos associados, dentre elas, a entrega das obras da primeira etapa da nova sede social e administrativa, no dia 9 de agosto. O ponto alto da inauguração foi um animado churrasco, com a participação dos associados, marcando, também, as homenagens da AMMA ao Dia dos Pais.

A avaliação positiva do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, sobre a condenação de um prefeito do Maranhão, pela terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, é outro assunto de destaque desta edição do Dia-a-Dia, que, mais uma vez, prima pela qualidade na informação dos seus leitores.

EXPEDIENTE

Jornal Dia-a-Dia é o informativo mensal da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190. Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073
E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@hotmail.com

Diretoria Executiva:

Gervásio dos Santos Júnior (presidente)
José Brígido Lages (1º vice-presidente)
Manuella Viana Faria (2ª vice-presidente)
Adelvan Nascimento (3º vice-presidente)
José Nilo Ribeiro Filho (secretário-geral)
Alessandra Arcangeli (secretária-adjunta)
Carlos Henrique Veloso (tesoureiro-geral)
José dos Santos Costa (tesoureiro-adjunto)

Conselho Fiscal - Titulares:

Marilse Carvalho Medeiros
Rommel Cruz Viégas
Ernesto Guimarães Alves
Sidarta Guatama Farias Maranhão
Ermília Epifânia ds Santos Reis Ribeiro.

Conselho Fiscal - Suplentes:

Lúcio Paulo Fernandes Soares
Márcio José do Carmo Matos Costa
Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho

Jornalista Responsável:

Jacqueline Barros Heluy - DRT 750 MA

Fotos:

Assessoria da AMMA

Projeto Gráfico:

Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte:

Márcio Veiga

Diagramação:

Wemerson Macêdo

Campanha *Mude um Destino* é lançada, pela AMB, em São Luís



Gervásio discursa no lançamento da campanha *Mude um Destino* em São Luís

Em solenidade realizada no dia 15 de agosto, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça, lançaram a segunda etapa da campanha *Mude um Destino* em São Luís.

O evento, realizado no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, integrou as atividades do 49º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores de Justiça (Encoge). Ao final, foi lançada a Carta de São Luís, na qual os corregedores se comprometem em incentivar a campanha em todos os estados.

A solenidade contou com a presença do governador Jackson Lago, do presidente da AMB, Mozart Valadares, do vice-presidente e coordenador nacional da campanha, Francisco de Oliveira Neto, do presidente da AMMA, Gervásio Santos, do corregedor-geral de Justiça, Jamil Gedeon, do presidente do Colégio de Corregedores, Luís Antônio Araújo, do ministro José Antonio Dias Toffoli, advogado geral da União, corregedores de Justiça de todos os estados, além de juízes do Maranhão.

Ao abrir a solenidade, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, disse ser uma grande honra para o Tribunal de Justiça ter a AMB e a AMMA como parceiras em uma campanha tão importante para a sociedade brasileira. Também destacou a atuação da Associação dos Magistrados do Maranhão, que tem sido incansável lutadora na defesa das condições de trabalho dos juízes e no envol-

vimento em torno de questões de grande alcance social.

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, agradeceu as referências do corregedor-geral ao trabalho desenvolvido pela AMMA, enfatizando que a parceria entre as duas instituições, para o êxito da campanha *Mude um Destino*, é muito emblemática, pois marca uma nova fase do associativismo e demonstra o compromisso com a evolução institucional do Poder Judiciário.

Segundo Gervásio, cabe às Corregedorias a tarefa institucional de promover as políticas de adoção nos estados, destacando que o êxito da campanha da AMB dependerá muito deste trabalho em todos os estados.

Imagem - O presidente da AMB, Mozart Valadares, conclamou os juízes maranhenses a mudar a imagem do Judiciário de que as adoções são demoradas e burocráticas. Este é um dos principais enfoques desta segunda etapa da campanha, que visa incentivar as adoções legalizadas. Segundo ele, é necessário garantir qualidade de vida às crianças hoje, para impedir conseqüências danosas no futuro.

O público presente à solenidade, composto por magistrados, teve a oportunidade de conhecer passo a passo os objetivos da campanha, expostos pelo coordenador Francisco de Oliveira Neto. Ele apresentou o material que está sendo distribuído aos juízes em todo o país, composto por cartilhas, folderes e um documentário de 20 minutos com depoimentos emocionantes de crianças que vivem em abrigos, além de pais adotivos e juízes.

O desafio de fazer Justiça



Cidade de Araióses, localizada às margens do rio Santa Rosa

Será que dá para imaginar que em pleno século XXI um juiz de Direito tenha que recorrer à luz de velas para ler um processo devido às constantes quedas de energia elétrica em sua Comarca? Ou que um funcionário do Fórum tenha que, de hora em hora, alimentar um gerador com óleo para que a falta de energia não prejudique o andamento de uma audiência?

E quando a população de uma cidade pára, em plena segunda-feira de manhã, para assistir a

um desfile de presos indo a pé, da delegacia ao Fórum, para uma audiência na presença do juiz, pelo simples fato do município não dispor de viaturas policiais. E o que é pior, todos os presos em fila indiana e sob o constrangimento das algemas porque o número de agentes policiais é insuficiente para garantir a vigilância?

Situações como estas existem e não fazem parte do manuscrito deixado por nenhum magistrado do século XIX. Esta triste

realidade acompanha o cotidiano de dezenas de juízes que enfrentam o desafio de fazer Justiça no Maranhão, um estado territorialmente extenso, mas economicamente pobre e que possui o município com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

Julgar não é uma tarefa fácil. É uma responsabilidade pessoal e intransferível. Porém, no Maranhão, torna-se ainda mais difícil quando o juiz tem que conviver, na sua rotina diária, com inso-

lúveis problemas de desigualdades sociais, falta de estrutura física para o trabalho e vários outros fatores que interferem no campo pessoal e emocional. Em muitos casos, para alguns magistrados, a angústia diante da impotência atinge proporções assustadoras.

Pobreza - Para o juiz Marcelo Fontenele, a realidade de trabalho é muito dura. Ele enquadra-se no perfil dos magistrados que enfrentam uma verdadeira *via crucis* para garantir que a Justiça chegue às comunidades mais distantes do Maranhão. Em maio de 2008, Marcelo era titular do município de Araióses, o mais pobre do país, com IDH 0,486%, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Araióses é um dos maiores bolsões de miséria do país, embora seja uma das cidades geograficamente mais belas do Maranhão. Localizada na região conhecida como Baixo Parnaíba, a cidade exibe o honroso título de “portão de entrada” do Delta do Parnaíba, um conjunto de ilhas entre o Piauí e o Maranhão, que atrai centenas de turistas pelas suas belezas naturais.

Desfile de presos algemados

Foi na Comarca pobre de Araióses, a 496 km de São Luís, que o juiz Marcelo Fontenele viu um verdadeiro desfile de presos algemados, seguindo a pé pelas ruas da cidade, sob os olhares da população, para a audiência no Fórum, que seria por ele presidida.

“É muita grande a miséria nesta região do estado. Não dá para descrever o quanto os juízes que por aqui passam sofrem nesta cidade tão bonita pelas belezas naturais, mas sem infra-estrutura e com uma população tão carente de políticas públicas”, destaca Marcelo Fontenele.

Araióses é, segundo o PNUD, um dos maiores “bolsões” de miséria do país. Possui uma população de 36 mil habitantes em que só 31% contam com coleta regular de lixo. A renda

per capita é de R\$ 45,00 e a expectativa de vida de 55 anos. E mais: a fonte de sobrevivência de grande parte de adultos e adolescentes é garantida pela coleta de caranguejo, vendido a R\$ 0,25 a unidade para um grande empresário do ramo pesqueiro do estado do Ceará.

É neste contexto de extrema pobreza que Marcelo se debruça, diariamente, sobre quase quatro mil processos, grande parte decorrente de causas trabalhistas, cujo pólo passivo é sempre exercido pelo Município. Atualmente, as ações desta natureza estão sob a responsabilidade da Justiça do Trabalho.

Deslocar-se para São Luís para comprar mantimentos e produtos de uso pessoal é um martírio para Marcelo, por conta das condições da estrada de acesso ao município, a BR 222, uma das



Marcelo Fontenele enfrenta desafio na Comarca de Araióses

rodovias federais do Maranhão mais castigadas pelos buracos. É mais fácil chegar ao município de Parnaíba (PI), que fica a 70 km, descendo de lancha o rio que passa praticamente em frente ao Fórum.

Nos povoados de Araióses, a situação de abandono é mais

calamitosa e as ações da Justiça só conseguem chegar às comunidades se o juiz ou funcionários do Fórum se deslocar de moto ou de carro com tração, de tão ruim que é a condição de acesso.

Continua na pág. 4

Análise de processos à luz de velas

A poucos quilômetros da Comarca de Araióses, chega-se ao município de Tutóia, também na região do Baixo Parnaíba, cujo juiz Márcio do Carmo diz que hoje desfruta de condições um pouco melhores do que há cinco anos. Ele recorda-se dos desafios que teve que enfrentar para exercer sua profissão com dignidade.

Foi Márcio do Carmo que, em 2000, quando juiz da Comarca de Cândido Mendes, passava as noites e noites analisando dezenas de processos sob a luz de velas, no alojamento do Fórum, por falta de energia elétrica na cidade.

Márcio também conta que



Juiz Márcio do Carmo relata dificuldades que enfrentou nas Comarcas

quando era juiz de Amarante, em 1999, para garantir o funcionamento do Fórum, tinha que mandar o funcionário vigiar

os geradores cedidos pela prefeitura para não faltar energia na hora da audiência. O juiz também diz que se sentia en-

vergonhado por dispor apenas de uma velha máquina de escrever Remington na sala de audiência.

Pai de três filhos, Márcio do Carmo ressalta que apesar dos sacrifícios impostos pela vida de magistrado no interior do Maranhão, sente-se gratificado por prestar um serviço relevante à sociedade. “Não é fácil morar em municípios sem qualquer infra-estrutura”, diz ele, que em suas andanças pelas estradas do interior enfrentou momentos de pânico quando seus veículos davam pane à noite em áreas de constantes assaltos.

O desafio de ser mulher... e magistrada



Jerusa, grávida de seis meses, em quarto no Fórum

Se para os homens exercer a magistratura nos rincões de pobreza do Maranhão tem sido um desafio, para as mulheres magistradas consiste em um verdadeiro exercício de coragem, desprendimento e dedicação.

Carros atolados nas estradas em épocas de chuva, tentativa de assaltos em alojamentos femininos anexos aos Fóruns, condições de moradia precárias e problemas emocionais causados pelo distanciamento da família. Estes são apenas alguns dos fatores que têm transformado várias juízas em

verdadeiras mártires da Justiça no Maranhão.

Grávida de seis meses, a juíza Jerusa Castro Fontenele, titular da Comarca de Magalhães de Almeida, a 428 km de São Luís, enfrenta os mesmos desafios e a angústia de toda mulher que será mãe pela primeira vez. Porém, os anseios dela são bem maiores, uma vez que as condições da cidade em que mora são muito precárias.

Quem chega a Magalhães de Almeida, assusta-se com a precariedade das condições da cidade. Não há um único hospital particular, médicos, clínica, dentista e nem farmácia estruturada. “Outro dia precisei tomar um medicamento prescrito pelo médico de São Luís que me acompanha na gravidez e não pude porque não encontrei o remédio na região”, relatou a magistrada.

Os temores de Jerusa de passar mal durante a gravidez em uma cidade sem estrutura no interior do Maranhão já estão acabando, pois dará luz em setembro. Mas, para que pudesse conciliar o trabalho à sua condição de gestante, teve que montar, por conta própria, infra-estrutura de moradia no próprio Fórum, que passou a contar com uma cozinha e um quarto. A cidade não dispõe de hotel, pousada ou qualquer local adequado.



Rafaela e a filha Ana Letícia brincam após um dia de trabalho

Preocupação com os filhos

As angústias de exercer a magistratura no interior de um estado tão carente de infraestrutura como o Maranhão, acompanham não apenas as juízas grávidas, mas, também, as que já são mães. Este é o caso de Rafaela Saif, cuja filha, Ana Letícia, de 1 ano e oito meses, já conhece as limitações de morar em uma cidade pobre.

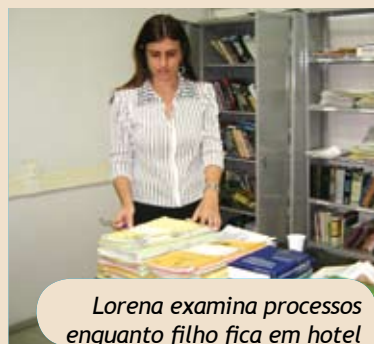
Em maio, Rafaela era juíza titular de Anajatuba, um município a pouco mais de 100 km de São Luís. Para dar condições dignas de moradia à sua primeira filha, transformou um depósito existente no Fórum em uma pequena casa, com quarto, dois banheiros, sala e

uma cozinha americana.

“É preocupante, para nós mulheres que exercemos a magistratura, levar os filhos para as Comarcas. Os municípios não dispõem de estrutura, segurança ou escolas adequadas. Até a água do banho de Letícia eu tenho que mandar buscar em São Luís em garrafões, pois a daqui é cheia de areia”, ressalta, ao brincar com a filha na sala de sua casa em Anajatuba. Para Rafaela, esta é a parte gratificante da sua rotina. “Ana Letícia me faz companhia à noite, pois nós, juízas, vivemos muito isoladas na Comarca”, lembrou.

Continua na pág. 5

Distância dos filhos, a eterna angústia



Lorena examina processos enquanto filho fica em hotel

Engana-se quem pensa que a preocupação com os filhos durante o exercício da magistratura acompanha apenas as

juízas que são mães de primeira viagem. Para Lorena Rodrigues, titular da Comarca de Vargem Grande, a angústia está se repetindo. Ela sabe muito bem o que significa o sacrifício de ter que educar filhos à distância para não comprometer o seu trabalho de magistrada.

Lorena já é mãe pela terceira vez. Duas filhas, com 18 e 15 anos, e, agora, um bebê de pouco mais de ano. Ela conta que teve que encarar a dura

realidade de se afastar das filhas, que ficavam em São Luís, enquanto ela percorria as Comarcas do interior maranhense a partir de 1999, quando assumiu como juíza substituta em Imperatriz.

“Não havia condições de levá-las. A minha filha mais nova, na época, chorava muito, mas eu conversava, fazendo-a entender que as viagens constantes faziam parte do meu trabalho”, declarou.

Com as filhas, uma das quais

já na faculdade, já não há mais qualquer dificuldade.

O problema, agora, é com o bebê, que a acompanha nas Comarcas, para o qual montou a mesma estrutura que outras juízas. Pelo fato de decidir em processos que envolvem moradores da cidade, Lorena teme pela segurança do filho e por isso optou em morar em um hotel. “Sinto-me mais tranqüila para ir ao Fórum, deixando-o no hotel com a babá”, enfatizou.

Insegurança e solidão

Medo, insegurança, rotina, solidão. Muitos dos homens que exercem a magistratura em municípios maranhenses - dentre eles, a maioria acostumada a viver em São Luís - nunca ouviram falar, antes, da realidade de certas cidades, tornando suas atividades um exercício diário de desprendimento e doação. O que não dizer, então, das mulheres, algumas já com famílias constituídas e outras, com planos de casamento. “É uma total abnegação. Aqui eu estou isolada de tudo e de todos”, diz Dayna Tajra Reis.

Dayna tem razão. Afinal, poucos maranhenses já visitaram ou tomaram conhecimento da existência de um município chamado Bacuri, a 227 Km de São Luís. Pois este é o nome da cidade da qual Day-

na era juíza até maio de 2008 e que possui apenas sete lojas de eletrodomésticos, quatro de materiais de construção e uma malharia. Segundo levantamento do IBGE de 2003, Bacuri tem o Produto Interno Bruto (PIB) per capita mais baixo do país: R\$ 697,04 por habitante ao ano.

Só há, praticamente, um meio de chegar a Bacuri. O visitante tem que atravessar a baía de São Marcos de ferry-boat durante uma hora e, depois, enfrentar mais duas de carro por uma estrada que se encontra, na maioria das vezes, intrafegável por causa das crateras que se formam, principalmente em período de chuva. A juíza improvisou um dormitório no Fórum, onde a única coisa que faz é ler processos.



Estrada precária que dá acesso ao município de Bacuri, na Baixada



Juízas enfrentam travessia de ferry-boat para chegar às Comarcas

Cidades sem hotéis e restaurantes

Para a juíza Edilza Lopes, a rotina não é muito diferente das colegas que exercem a magistratura na região da Baixada Maranhense. Ela foi titularizada em janeiro deste ano na Comarca de Bequimão, após mais de dois anos percorrendo vários municípios, sem fixar-se por muito tempo em qualquer um devido à sua condição de magistrada substituta.

As constantes mudanças

de Comarcas provocaram um desgaste físico e emocional muito grande, que obrigaram Edilza a ser submetida a tratamento médico, pois as condições das cidades eram péssimas. “Na maioria das Comarcas de entrância inicial não há hotéis, restaurantes, pousadas, nada. As condições de muitas destas cidades são precárias. Uma pobreza total”, afirmou.

Edilza lembrou que quando respondeu pela Comarca de

Santa Quitéria não tinha sequer um local para dormir e era obrigada a se deslocar todos os dias para o município vizinho de São Bernardo, onde conseguiu quarto em uma pousada. “Eu almoçava em uma cidade e jantava e dormia em outra, tal era a situação caótica das duas”, destacou.

Há 15 anos na magistratura, a juíza Cristina, mãe de três filhos, define muito bem o que é ser juíza morando em um município pobre do

Maranhão. “Uma vida de isolamento. Vivemos à margem do que é social, completamente voltados para o trabalho. O fato de sermos magistrados nos traz limitações. Temos momentos de tristeza, passamos por momentos de depressão. Há situações em nossas famílias distantes em que não podemos estar lá para compartilhar”, lembrou.

Continua na pág. 6

Juízes fazem a justiça chegar mais longe

No quesito acesso da população à justiça, o Maranhão é um dos estados brasileiros que ainda deixam muito a desejar. Esta é a conclusão a que se pode chegar ao analisar o resultado do mais recente Indicador Estatístico do Poder Judiciário, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aponta o Maranhão com a média de 4,67 magistrados estaduais por cada 100 mil habitantes no ano de 2006, enquanto a média geral foi de 5,86.

Ainda, segundo o relatório do CNJ, no Maranhão, a média de despesa da Justiça estadual, por habitante, foi de R\$ 35,65 em 2006, enquanto a média geral foi de R\$ 81,17. O maior gasto no setor foi do Distrito Federal, com R\$ 408,05 e o menor, do Ceará, com R\$ 34,50. A taxa de congestionamento de processos no Maranhão, na Justiça de 1º grau, foi de 87,26% no mesmo ano, enquanto a média geral de

todos os estados foi de 79,92%.

Os números revelados pela pesquisa do CNJ revelam que a Justiça do Maranhão ainda precisa dar passos mais largos para alcançar as expectativas da população. Muitos juízes, percebendo essa carência, resolveram, por iniciativa própria e com esforços além das suas possibilidades, fazer as ações do Judiciário chegar às comunidades mais distantes e carentes.

Dá para imaginar uma juíza com pinturas de índio pelo corpo e dormindo na aldeia apenas para conhecer os costumes e problemas de uma das inúmeras comunidades indígena da sua Comarca? No Maranhão, sim. Esta situação é possível de ser encontrada.

Foi no ano de 2001 que a juíza Lúcia Helena Heluy da Silva, então atuando na Comarca de Barra do Corda, resolveu se apresentar aos índios de uma das aldeias da tribo Canela, a



Juíza Lúcia Helena ao lado dos índios da tribo Canela, em Barra do Corda

quatro horas da sede do município, por estrada de piçarra e de Toyota. O município de Barra do Corda, região central do Maranhão, a cerca de 400 km da capital, conta com uma das maiores populações indígenas do país, distribuídas em aldeias das tribos Guajajara e Canela.

A juíza foi motivada a ir à aldeia para conhecer a comunidade indígena sob sua jurisdição e conversar sobre os problemas

que enfrentam. “Os índios se surpreenderam porque foi a primeira vez que um juiz foi conhecer a vida da aldeia, mas me receberam muito bem. Passei todo o dia e pernoitei com eles na tribo. Creio que se o Judiciário se fizer presente, fazendo com que as comunidades dos locais mais distantes conheçam suas ações, as relações sociais se tornarão melhores”, destacou.

Louvor do Ministério da Justiça



Juiz Jamil Aguiar, da Vara das Execuções de São Luís

“A angústia que maltrata”. É assim que o juiz Jamil Aguiar define a sua situação emocional desde que assumiu, há dois anos, a Vara das Execuções Criminais de São Luís. O grande problema é que o magistrado sente-se impotente diante da imensidão de problemas que castigam o sistema carcerário do Maranhão, uma realidade que é de todo o sistema penitenciário do país.

Sabendo que a situação do sistema prisional maranhense

exigia soluções rápidas e concretas, o magistrado não ficou de braços cruzados e criou, no ano passado, o Programa Liberdade e Dignidade, que consiste em garantir, por meio de trabalho, a antecipação da liberdade a presos que cumprem pena em regime semi-aberto na Penitenciária de Pedrinhas.

A iniciativa de lançar o programa, que conta com o apoio do Tribunal de Justiça, rendeu ao magistrado maranhense um convite do Ministério da Justiça para integrar a Comissão Nacional de Apoio às Penas Alternativas, na condição de representante do Poder Judiciário do Maranhão.

“Tenho plena certeza que muitas situações que estão ocorrendo no sistema prisional do Maranhão poderiam ser evitadas se houvesse um esforço conjunto de todos os setores. Os presos são seres humanos e qualquer pessoa pode, a qualquer momento, se encontrar nas mesmas circunstâncias que eles. Então, a morosidade para solucionar estes problemas não deve existir”, declarou Jamil.

Ações em povoados distantes

Quem também se lançou ao encontro de comunidades distantes, levando as ações da Justiça, foi a juíza Susi Ponte. Há dois anos, quando titular da Comarca de Araióses, promoveu o projeto Justiça Itinerante nos Povoados: Em busca da efetivação da cidadania e do acesso à justiça.

Foi com este projeto que a juíza Susi Ponte venceu, em 2007, o Prêmio AMMA de Melhores Práticas do Judiciário, lançado pela Associação dos Magistrados do Maranhão para incentivar os juízes a não esperarem as coisas acontecer e se lançarem ao desafio de fazer a justiça chegar mais longe.

O Prêmio AMMA foi uma idéia inovadora no Judiciário maranhense, mas de tamanho sucesso que dos oito projetos inscritos, pelo menos três estão se reproduzindo em outras Comarcas. É o exemplo do projeto Cantinho da Criança, lançado pela juíza Laysa Mendes na Comarca

de São João Batista, que foi implantado recentemente, nos mesmos moldes, pela juíza Sara Gama, na Comarca de Imperatriz, com o nome de Brinquedoteca.

O projeto consiste em espaço lúdico dedicado às crianças que acompanham os pais em audiências para que se sintam confortáveis, sem traumas.

Apesar da angústia que maltrata, como bem definiu o juiz Jamil Aguiar, dos problemas emocionais enfrentados por várias juízas isoladas em cidades empobrecidas nos mais distantes municípios do interior maranhense, o magistrado maranhense tem compreendido a grande responsabilidade que lhe recai sobre os ombros e procura não se abater diante da impotência de não poder solucionar, de imediato, a avalanche de processos que lhes chegam às mãos. Os juízes do Maranhão sabem que se a demanda é grande, é porque a sociedade confia neles.

“O Judiciário do Maranhão está agindo”

“A sociedade sabe que o Judiciário está agindo e que não adianta os maus gestores públicos apostarem na morosidade da Justiça, porque a punição virá”. O alerta foi feito pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, ao avaliar a decisão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, que por votação unânime condenou, no dia 4 de agosto, o prefeito de São Domingos do Azeitão, José Cardoso da Silva Filho, a cinco anos e seis meses de reclusão, em regime inicialmente semi-aberto, e a 13 dias-multa.

O desembargador José Joaquim foi o relator, na 3ª Câmara Criminal do TJ, do processo movido pelo Ministério Público contra o prefeito de São Domingos do Azeitão, acusado de práticas delitivas, apuradas na prestação de contas referentes ao exercício financeiro de 1997. Seu voto foi acompanhado, integralmente, pelos desembargadores Paulo Velten Pereira e Lourival Serejo, que também integram a mesma Câmara.

“O Maranhão tem um dos piores índices de desenvolvimento humano do país, sendo obrigação, também, do gestor municipal combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos desfavorecidos”, disse o relator em seu voto.

A condenação do prefeito inaugurou uma nova fase no Judiciário maranhense. O desembargador José Joaquim desconhece se já houve deci-



José Joaquim avalia condenação de prefeito por Câmara Criminal

são semelhante contra prefeito no Maranhão, mas tem certeza de que nunca houve condenação de prefeito por uma Câmara Isolada do Tribunal de Justiça. Até abril deste ano, a competência para julgar prefeitos era do Pleno, mas por força de uma emenda que alterou o Regimento Interno do TJ, a competência passou a ser das três Câmaras Criminais, garantindo mais celeridade aos julgamentos dos processos.

Na avaliação de José Joa-

quim, o mais importante na recente condenação é que ela tem um efeito pedagógico sobre os gestores públicos e perante a sociedade. Segundo ele, “o Judiciário sempre foi muito cobrado, acusado de morosidade e, com esta decisão, o Tribunal deu uma resposta de que a Justiça do Maranhão não é tão morosa quanto pensam”.

Afirma ainda José Joaquim, que na condução de um processo existe um tripé, formado por juiz, promotor e advogado, e que a consecução do processo, seja ele cível ou

criminal, terá um final.

“Os prefeitos precisam entender que se cometeram um ato ilícito, o Tribunal está atento e que jamais o crime praticado irá prescrever, até porque há uma cobrança da sociedade. Com esta decisão, o Tribunal do Maranhão está dando uma resposta à sociedade, que é quem nos paga e que tem todo o direito de nos cobrar. Todos nós, magistrados, estamos imbuídos neste melhor propósito”, destacou o desembargador José Joaquim.

Os maus gestores públicos do Maranhão que fiquem atentos, pois se depender da celeridade no julgamento dos processos que tramitam nas Câmaras Criminais Isoladas do Tribunal, esta não será a única ação movida contra prefeito que chegará ao final com rapidez. O desembargador José Joaquim é relator de mais sete processos, dos quais pelos menos três já estão em fase de instrução e nos próximos dois meses já terão o julgamento concluído. A mesma disposição para o trabalho é compartilhada pelos seus colegas Paulo Velten e Lourival Serejo.

“Julgamos de forma uníssona, observando o respeito aos critérios constitucionais da transparência, moralidade e publicidade que devem nortear os atos dos gestores públicos. Perante a lei, todos são iguais, sem discriminação de cor, credo ou poder aquisitivo”, lembrou José Joaquim.

“Perante a lei, todos são iguais, sem discriminação de cor, credo ou poder aquisitivo”

Atuação da AMMA é destacada

O desembargador José Joaquim parabenizou a atuação da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) que, ao lado de outros segmentos, como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - MA) e a Defensoria Pública, mobilizou-se com dedicação para que a competência no julgamento de prefeitos pela prática de crimes comuns passasse

para as Câmaras Isoladas do Tribunal.

Ele destacou o trabalho que vem sendo realizado pela atual Diretoria Executiva da AMMA, na defesa dos interesses difusos e coletivos dos magistrados associados e da postura crítica que o presidente Gervásio Santos adota quando se faz necessário, sem ataques pessoais a ninguém e com muita responsabilidade.

A Associação dos Magistrados

também foi parabenizada pelo vice-presidente da OAB - MA, advogado Guilherme Zagallo, pela proposta de alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que transferiu para as Câmaras Criminais o julgamento dos prefeitos.

Guilherme Zagallo afirmou que teve a oportunidade de acompanhar de perto todo o processo, observando a persistência da Associação dos Magistrados, que expediu mais

de seis ofícios ao Tribunal, até obter a alteração regimental.

“Antes da mudança para as Câmaras Criminais, quando os processos eram julgados pelo Pleno do TJ, os julgamentos aconteciam quando já tinha ocorrida a prescrição dos crimes. Que venham os outros processos e que a impunidade comece a findar”, observou Zagallo.

Inauguração em clima de festa na nova sede



Associados participaram do churrasco na nova sede da AMMA

Em clima de festa, a Diretoria Executiva inaugurou, no dia 9 de agosto, as obras da primeira etapa da nova sede social e administrativa da AMMA, na avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau). Um churrasco, que contou com a expressiva presença dos magistrados associados e seus familiares, também marcou as comemorações em homenagem do Dia dos Pais.

Ao se dirigir aos associados durante a entrega das obras da nova sede, o presidente Gervásio Santos enfatizou o empenho de toda a Diretoria Executiva para que a primeira etapa de um sonho pudesse se tornar realidade. “Esta construção tem um pedaço do esforço e dedicação de cada um dos associados da AMMA. Todos nós estamos de parabéns”, enfatizou.

Gervásio fez um reconhecimento especial ao empenho dos juízes Ronaldo Maciel e Sônia Amaral que, na condição de ex-presidentes da AMMA, foram os precursores desta construção. Foi Sônia Amaral, em sua gestão, que manteve diálogos com o Governo do Estado para a cessão do terreno do Calhau para a AMMA. Coube a Ronaldo Maciel dar o ‘ponta pé’ inicial na obra, com a construção do campo de futebol, considerado pelos desportistas como um dos melhores de São Luís.

Os associados que participaram da festa tiveram a oportunidade de conhecer toda a estrutura da primeira etapa da nova sede da AMMA, sob a responsabilidade da construtora Primor, que consistiu na rees-

truturação da área do campo de futebol, com a construção de vestiários, bar de apoio, banheiros, drenagem, urbanização, iluminação e estacionamento. Nas etapas seguintes serão construídas duas quadras (tênis e futebol), piscina, restaurante e o prédio do setor administrativo.

Visita - No dia 15 de agosto, foi a vez do presidente da AMB, Mozart Valadares, conhecer as instalações da nova sede social da AMMA. Logo após o lançamento da campanha Mude um Destino, Valadares esteve com Gervásio no prédio recém-inaugurado e ficou entusiasmado com o que viu. “É um grande passo para o fortalecimento da AMMA”, disse.

“O presidente e toda diretoria da AMMA estão de parabéns por essa estrutura grandiosa e muito bem cuidada, construída com recursos próprios. É muito bom para os associados saberem que o dinheiro está sendo bem aplicado. Não temos dúvidas de que, em breve, todo este complexo estará concluído”, destacou Mozart Valadares.



Mozart, ao lado de Gervásio, conheceu a sede da AMMA

FALA MAGISTRADO



Só temos que aplaudir a Diretoria Executiva da AMMA pelo empenho na execução de um projeto tão importante. As instalações físicas da nova sede estão surgindo e por ser uma construção apenas com recursos próprios, estão bastante adiantadas.

Luzia Nepomuceno



É um trabalho desenvolvido pela AMMA que merece todos os elogios. A etapa que está sendo inaugurada hoje é um passo gigantesco para que os magistrados tenham uma sede que represente, realmente, toda a importância para magistratura maranhense.

Manoel Aureliano



A obra está muito bonita, em bom ritmo. O presidente e toda a diretoria têm feito um trabalho excelente, com próprios recursos. Esta inauguração deixa todos associados muito satisfeitos e na expectativa de acompanhar o surgimento das novas etapas que virão.

Conceição Mendonça



Ao participarmos desta festa que está muito agradável a gente tira uma conclusão muito positiva do empenho da atual administração da AMMA em realizar eventos e na construção da nova sede, que começa a se consolidar a partir da entrega da primeira etapa.

Sidney Cardoso Ramos



É um marco da atual administração e revela como as expectativas dos associados que acreditaram nas propostas de Gervásio estavam corretas. Estamos vendo um esforço de toda diretoria e manifestação de apoio a todos os magistrados que estimula essa realização.

Carlos Nina



A inauguração desta primeira fase da obra significa uma arrancada, uma etapa vencida, a realização parcial de um sonho. Para que se construa algo é preciso iniciar. Todo grande projeto precisa de uma arrancada e neste sentido é que a diretoria esta de parabéns.

Nelson Moraes Rego